



UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO
RELATÓRIOS DE AUDITORIA E PERÍCIA
CONTÁBIL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

MARÇO, 2023



UNIFEOB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS

ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO

RELATÓRIOS DE AUDITORIA E PERÍCIA
CONTÁBIL

MÓDULO AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL

AUDITORIA CONTÁBIL - PROF. PAULO CÉSAR MONTANHEIRO

PERÍCIA E ARBITRAGEM CONTÁBIL - PROF. PAULO CÉSAR
MONTANHEIRO

Dulcinea da Penha Ferreira Araujo, RA 1012020100821

Elizabeth Soares Guerra, RA 1012020100834

Sérgio de Siqueira, RA 1012020100835

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

MARÇO, 2023

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	2
2. PROJETO INTEGRADO	3
2.1 AUDITORIA CONTÁBIL	3
2.1.1 AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	3
2.1.2 CASO REAL DE UM RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.	8
2.2 PERÍCIA E ARBITRAGEM CONTÁBIL	17
2.2.1 PERITO CONTÁBIL E A REALIZAÇÃO DA PERÍCIA CONTÁBIL	17
2.2.2 ESTRUTURA DO LAUDO PERICIAL CONTÁBIL	20
2.2.3 MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM CONTÁBIL	23
2.3 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: GERENCIANDO CONFLITOS	24
2.3.1 GERENCIANDO CONFLITOS	24
2.3.2 ESTUDANTES NA PRÁTICA	28
3. CONCLUSÃO	28
REFERÊNCIAS	30
ANEXOS	32

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar a importância dos trabalhos de Auditoria e perícia.

A Ciência Contábil estuda e controla o patrimônio das empresas, tanto nos registros contábeis quanto na verificação da veracidade contabilizada.

Através de uma avaliação do sistema de controle interno de uma empresa real será apresentada uma análise dos pontos fortes e fracos desse sistema.

A auditoria contábil funciona como uma importante ferramenta de apoio aos gestores e também no fornecimento de informações aos investidores.

Será apresentada uma análise comentada da estrutura de um relatório de auditoria independente de uma empresa real de grande porte e como o auditor deve emitir o seu parecer.

Será demonstrado como a perícia contábil é um instrumento indispensável na verificação de fraudes e erros contábeis, pois realiza procedimentos importantes como análise, vistoria, indagação, investigação e certificação, a fim de esclarecer e evidenciar fatos relevantes. A perícia trata-se de um instrumento de fundamental importância para o judiciário, pois o perito através das provas e explicações dos fatos, leva o resultado ao juiz, que profere sua sentença com base nessas informações.

A seguir como conteúdo da formação para a vida, será abordado o tema Gerenciando Conflitos.

2. PROJETO INTEGRADO

2.1 AUDITORIA CONTÁBIL

2.1.1 AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Para PEREIRA, Vaniza, 2016, independente do porte, todas as empresas possuem um sistema de controles internos, podendo ser ele simples ou detalhado, de acordo com as necessidades da empresa.

O objetivo dos controles internos é garantir que as atividades sejam feitas de forma eficaz para que assim possam ser alcançados os objetivos operacionais da empresa.

Um bom sistema de controle garante que as operações e atividades da empresa estejam de acordo com os procedimentos e métodos estabelecidos.

Alguns setores são considerados áreas mais sujeitas a irregularidades, merecendo um controle com mais qualidade, dentre eles podemos citar os setores de compras, vendas, contas a pagar/receber, departamento pessoal (folha de pagamento), estoque e financeiro.

Segundo Pereira, Vaniza, 2016, algumas práticas podem ajudar no controle interno:

- Sistema de autorização e aprovação: compreende o controle das operações através de métodos de aprovações, de acordo com as responsabilidades e os riscos envolvidos.
- Determinação de funções e responsabilidades: a existência de organogramas claros determina as linhas de responsabilidades e autoridades definidas por toda a linha hierárquica.
- Rotação de funcionários: corresponde ao rodízio dos funcionários designados para cada trabalho. Dessa forma, é possível reduzir a ocorrência de fraudes e contribuir para o surgimento de novas ideias.
- Legislação: corresponde à atualização permanente sobre a legislação vigente, visando diminuir riscos e não expor a empresa a contingências fiscais e legais pela não obediência aos preceitos atuais vigentes.
- Contagens físicas independentes: corresponde à realização de contagens físicas de bens e valores, de forma periódica, por intermédio de pessoa independente ao custo diante, visando maximizar o controle físico e resguardar os interesses da empresa.

As normas de auditoria geralmente aceitas, requerem um procedimento crítico adequado de estudo e avaliação do sistema de controle interno.

A seguir, será apresentada uma análise sobre a estrutura do sistema do controle interno da empresa Fundação de Ensino Octávio Bastos - FEOB, cujas demonstrações contábeis constam nos anexos deste projeto.

Através das respostas obtidas, pode-se identificar que a empresa possui um rígido controle nos seus processos internos, possui um fluxograma para todas as funções que foi elaborado em conjunto com o setor Gente & Gestão, seus colaboradores são atualizados constantemente.

O controle é todo sistematizado e também auditado por auditoria externa para garantir a credibilidade dos processos e das informações.

COMPRAS E PAGAMENTOS:

O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona garantia razoável de que as mercadorias e serviços são comprados para atender aos objetivos da empresa a preços razoáveis.

Com relação ao setor de compras verifica-se que a empresa possui um bom controle, pois além de um termo de conduta assinado pelos colaboradores, existe o Código de Ética da Unifeob, documento pelo qual esses colaboradores são proibidos de aceitar brindes, presentes ou qualquer tipo de benefício dos fornecedores.

Para cada compra, são realizadas pelo menos 3 cotações, por isso, nem sempre pode ser comprado do mesmo fornecedor.

FOLHA DE PAGAMENTO:

O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável garantia de que os pagamentos são feitos por valores corretos a empregados da empresa, por serviços realmente prestados. As informações da folha de pagamento são enviadas ao setor financeiro que realiza uma conferência detalhada antes de realizar o pagamento e as folhas de pagamento e os custos de mão-de-obra são pronta e corretamente contabilizados.

Após o pagamento, no fechamento contábil, a Contabilidade realiza uma nova conferência sobre todos os lançamentos e pagamentos referentes à folha de pagamento.

A possibilidade de perdas devido a desfalques ou outras irregularidades é limitada, e se os controles existentes forem aplicados, as perdas serão descobertas,

dentro de prazo razoável devido e empresa possuir auditoria externa para garantir a credibilidade dos processos e das informações.

ESTOQUES:

O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável garantia de que a empresa possui um rígido controle nas suas compras, pois possuem fornecedores diversificados, autorizações e conferências, todas aprovadas via sistema.

VENDAS, CONTAS A RECEBER E COBRANÇAS:

VENDAS:

O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável garantia de que os compromissos de vendas são feitos em condições aceitáveis para a empresa.

A empresa promove incentivo às vendas .

Alguns setores possuem remuneração por desempenho, por exemplo, os coordenadores de curso em relação à qualidade dos cursos e quantidade de estudantes, também existe uma comissão extra se a meta do vestibular for atingida.

CONTAS A RECEBER:

O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável garantia de que existem procedimentos internos pelos quais os funcionários devem seguir. Esses procedimentos são apresentados aos colaboradores por meio de fluxos de processos e também por orientações da própria Auditoria Externa, como por exemplo, a permissão restrita para imputar descontos aos estudantes no sistema financeiro.

COBRANÇAS:

O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável garantia de que o responsável pelas contas a receber e negociações ficam a cargo da mesma gerência e os responsáveis pelas cobranças têm acesso a todas as informações sobre a dívida que está sendo cobrada e os mesmos recebem capacitação específica para isso.

Os departamentos contábil, fiscal e pessoal são atualizados constantemente e passam por capacitações para atualização.

CAIXA:

O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável garantia de que os saldos de caixa representam disponibilidade real em mãos, os

desembolsos são feitos para fins específicos e corretamente contabilizados, os pagamentos das mensalidades, são recebidos, depositados e contabilizados corretamente, conforme balanço patrimonial e fluxo de caixa em anexo .

TÍTULOS A RECEBER :

O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável garantia de que os saldos de títulos a receber representam valores reais devidos à empresa, são feitas provisões adequadas para títulos incobráveis, conforme balanço patrimonial em anexo .

PAGAMENTOS ANTECIPADOS:

O sistema de controle interno da empresa proporciona razoável garantia de que os valores ativados são apropriadamente atribuíveis a operações futuras, e todos os valores significativos são apropriadamente contabilizados e amortizados conforme demonstrado no fluxo de caixa em anexo.

IMOBILIZADO:

O sistema de controle interno da empresa proporciona razoável garantia de que as transações com imobilizado (adições, transferências e baixas) são devidamente contabilizadas. As depreciações são calculadas em bases aceitáveis e são razoáveis em relação à vida estimada dos bens conforme demonstrativo em anexo.

TÍTULOS A PAGAR E EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO:

O sistema de controle interno da empresa proporciona razoável garantia de que os empréstimos são devidamente contabilizados, conforme demonstrativo em anexo.

CAPITAL:

O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável segurança de que a movimentação nas contas de capital é devidamente contabilizada e a empresa apresentou Déficit conforme demonstrado em balanço patrimonial anexo

OPERAÇÕES:

O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporcionar razoável segurança de que as receitas, custos e despesas são corretamente contabilizados em regime de competência de exercícios e são classificados de forma a permitir uma correta avaliação do resultado das operações conforme demonstrativo em anexo

PONTOS FORTES:

A empresa possui um alto nível de controles internos em todos os seus departamentos, com cada função tendo seu fluxograma evitando assim erros corriqueiros. E também os colaboradores passam por constantes atualizações e treinamentos .

PONTOS FRACOS:

A empresa não possui um rodízio de funcionários nos setores

RECOMENDAÇÃO:

A ideia é que a empresa compartilhe sua experiência entre os setores, para aprimorar processos internos, entre outras melhorias. Colaboradores dos setores de compras, vendas, contas a pagar e receber podem participar de rodízio de curto prazo entre suas áreas para que um possa entender melhor a rotina do outro.

Exemplo: um funcionário de vendas passar por uma capacitação e cobrir as férias do departamento de cobrança e assim sucessivamente.

Com isso, a relação melhora, o que reduz conflitos e eleva a produtividade.

2.1.2 CASO REAL DE UM RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

A auditoria tem como objetivo aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Este objetivo é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre a forma como foram elaboradas as demonstrações contábeis e se estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro. A auditoria conduzida em conformidade com as normas de auditoria e exigências éticas relevantes capacita o auditor a formar essa opinião.

De acordo com a NBC TA 200, item 11, ao conduzir a auditoria de demonstrações contábeis, os objetivos gerais do auditor são:

- “(a) obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro, possibilitando assim que o auditor expresse sua opinião sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável; e
- (b) apresentar relatório sobre as demonstrações contábeis e comunicar-se como exigido pelas NBCs TA, em conformidade com as constatações do auditor.”

A NBC TA 700 trata da responsabilidade do auditor independente na formação de uma opinião sobre as demonstrações contábeis e também da forma e do conteúdo do relatório emitido como resultado da auditoria das demonstrações contábeis.

Para melhor compreensão do tópico, apresentaremos a seguir o “Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis” da empresa Magazine Luiza S.A., de natureza jurídica sociedade anônima, uma vez que seu capital social é dividido em ações e considerada de grande porte pelo total de seu ativo em 2022 de R\$33.199.801 Mil, abordando e comentando as seções de sua estrutura.

O relatório se encontra publicado no site da empresa, em relações com investidores, juntamente com suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e está reproduzido na íntegra, no tópico “Anexos” deste projeto.

Trata-se de um relatório sem ressalvas que apresenta sua estrutura de acordo com a NBC TA 700, conforme segue:

1 - Título:

O relatório do auditor deve ser por escrito e a auditoria deve ser conduzida de acordo com as normas de auditoria. Deve conter título que indique com clareza que é o relatório do auditor independente

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis.

2 - Destinatário:

Segundo o item A21 da NBC TA 700: ...”O relatório do auditor é normalmente endereçado às pessoas para quem o relatório do auditor é elaborado, frequentemente para os acionistas ou para os responsáveis pela governança da entidade, cujas demonstrações contábeis estão sendo auditadas.”

Aos Administradores e Acionistas da

Magazine Luiza S.A.

Franca - SP

A opinião deve ser incluída na primeira sessão do relatório que deve ter "Opinião" como título.

Segundo a NBC TA 700, item 24:

“ A seção “Opinião” do relatório do auditor também deve:

- (a) identificar a entidade cujas demonstrações contábeis foram auditadas;
- (b) afirmar que as demonstrações contábeis foram auditadas;
- (c) identificar o título de cada demonstração que compõe as demonstrações contábeis;
- (d) fazer referência às notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis; e
- (e) especificar a data ou o período de cada demonstração que compõe as demonstrações contábeis (ver itens A22 e A23)."

3 - Opinião:

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da (bi)Magazine Luiza S.A. (Companhia), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o (biii)balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis...

Segundo a NBC TA 700, item 25:

“Ao expressar uma opinião não modificada sobre demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a estrutura de apresentação adequada, a opinião do auditor deve utilizar uma das seguintes frases, que são consideradas equivalentes:

- (a) “Em nossa opinião, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes,... de acordo com [a estrutura de relatório financeiro aplicável]”; ou
- (b) “Em nossa opinião, as demonstrações contábeis apresentam uma visão verdadeira e justa... de acordo com [a estrutura de relatório financeiro aplicável]” (ver itens A24 a A31).”

(ai)... Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Magazine Luiza S.A. em (bii)31 de dezembro de 2022,...de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).”...

Segundo a NBC TA 700, item 28:

“O relatório do auditor deve incluir uma seção, logo após a seção “Opinião”, com o título “Base para opinião”, que (ver item A32):

- (a) declare que a auditoria foi conduzida em conformidade com as normas de auditoria (ver item A33);
- (b) referencie a seção que descreve as responsabilidades do auditor, segundo as normas de auditoria;
- (c) inclua a declaração de que o auditor é independente da entidade de acordo com as exigências éticas relevantes relacionadas com a auditoria e que ele atendeu às outras responsabilidades éticas do auditor de acordo com essas exigências. A declaração deve identificar a jurisdição de origem das exigências éticas relevantes ou referir-se ao Código de Ética do *International Ethics Standards Board for Accountants* (Iesba) da Federação Internacional de Contadores (Ifac) (ver itens A34 a A39); e

(d) declare se o auditor acredita que a evidência de auditoria obtida por ele é suficiente e apropriada para fundamentar sua opinião.”

4 - Base para opinião:

i)...“Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. (ii) Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. (iii)Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, (iv) de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. (v)Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.”...

O parágrafo de ênfase foi apresentado de acordo com a NBC TA 706, item 8:

“1. Se o auditor considera necessário chamar a atenção dos usuários para um assunto apresentado ou divulgado nas demonstrações contábeis que, segundo seu julgamento, é de tal importância que é fundamental para o entendimento pelos usuários das demonstrações contábeis, ele deve incluir parágrafo de ênfase no seu relatório, desde que (ver itens A5 e A6):

(a) como resultado desse assunto, não fosse exigido que o auditor modificasse a opinião, de acordo com a NBC TA 705 – Modificações na Opinião do Auditor Independente; e

(b) quando a NBC TA 701 se aplica, o assunto não tenha sido determinado como um principal assunto de auditoria a ser comunicado no relatório do auditor (ver itens A1 a A3).

2. Quando o auditor incluir um parágrafo de ênfase no seu relatório, ele deve:

(a) incluir o parágrafo em seção separada do relatório do auditor com título apropriado que inclua o termo “Ênfase”;

(b) incluir no parágrafo uma referência clara ao assunto enfatizado e à nota explicativa que descreva de forma completa o assunto nas demonstrações contábeis. Tal parágrafo deve referir-se apenas a informações apresentadas ou divulgadas nas demonstrações contábeis; e

(c) indicar que a opinião do auditor não se modifica no que diz respeito ao assunto enfatizado.”

(3ai) – Ênfase:

...“Conforme mencionado na Nota Explicativa 34 às demonstrações financeiras, a Administração da Companhia...

... Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.”...

5 - Continuidade operacional: item não aplicável

6 - Principais assuntos de auditoria:

Segundo a NBC TA 701, item 9 “O auditor deve determinar quais assuntos, entre aqueles comunicados aos responsáveis pela governança, exigiram atenção significativa na realização da auditoria”.

i)...” Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente...

...Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria...

- Teste de recuperabilidade de ágio

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), a Companhia...

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram...

...Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste anual de recuperabilidade do ágio, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que...

- Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Conforme divulgado na nota explicativa...

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros...

...Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos...

- Provisão para demandas judiciais tributárias

Conforme divulgado na Nota Explicativa 23...

... Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para demandas judiciais tributárias...aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

- Ambiente de tecnologia da informação

Devido ao volume de transações e pelo fato das operações da Companhia e de suas controladas serem altamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia da informação e dos seus sistemas e aplicações....,

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros”...

De acordo com a NBC TA 706, item 10:

“Se o auditor considera necessário comunicar outro assunto, não apresentado nem divulgado nas demonstrações contábeis, e que de acordo com seu julgamento é relevante para o entendimento, pelos usuários, da auditoria, das responsabilidades do auditor ou do seu relatório, o auditor deve incluir um parágrafo de outros assuntos no seu relatório, desde que:

- (a) não seja proibido por lei ou regulamento; e
- (b) quando a NBC TA 701 se aplica, o assunto não tenha sido determinado como um principal assunto de auditoria a ser comunicado no relatório do auditor (ver itens A9 a A14).”

3ai) Outros assuntos

...“Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022...

...As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório, em 14 de março de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.”...

7 - Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor.

De acordo com a NBC TA 700, item 32 “Quando aplicável, o auditor deve reportar de acordo com a NBC TA 720 – Responsabilidade do Auditor em Relação a Outras Informações.”

...“A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração...

... Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. (i) Não temos nada a relatar a este respeito.”

8 - Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Segundo a NBC TA 700, item 33 “O relatório do auditor deve incluir uma seção com o título “Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis”. O relatório do auditor não precisa referir-se especificamente à “administração”, mas deve usar o termo que é apropriado no contexto da estrutura legal.”

ai). “A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e (aii) pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro...

...(b) Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.”

Conforme site da empresa, informações aos acionistas, identificamos os seguintes responsáveis pela administração:

"Presidente: Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues
 Vice presidente Marcelo José Ferreira e Silva
 Conselheiro Efetivo: Carlos Renato Donzelli
 Conselheiro Independente: Betânia Tanure de Barros
 Conselheiro Independente: Inês Corrêa de Souza
 Conselheiro Independente: Paschoal Rossetti
 Conselheiro Independente: Sílvio Romero de Lemos Meira
 Conselheiro Efetivo: Márcio Kumruian”

9 - Responsabilidade do auditor pela auditoria das informações das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

De acordo com a NBC TA 700, item 38, a seção com o título “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, deve declarar que:

“ Os objetivos do auditor são:

(i) obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente de se causada por fraude ou erro; e

(ii) emitir um relatório que inclua a opinião do auditor (ver item A51);

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida, de acordo com as normas de auditoria sempre detectará uma distorção relevante, quando ela existir; e

As distorções podem decorrer de fraude ou erro, e:

(i) descrever que elas são consideradas relevantes se, individualmente ou em conjunto, pudesse ser razoavelmente esperado que elas influenciassem as decisões econômicas de usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis (ver item 2 da NBC TA 320 – Materialidade no Planejamento e na Execução da Auditoria); ou

(ii) fornecer uma definição ou descrição da materialidade de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável (ver item A52).”

ai)...“Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. (aii)Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. (aiii)As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

b) Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

bi) • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por...

bii) • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

biii)• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

biv)• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e...

...Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

bv) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

c) Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades...

ci) Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos...., .

cii) Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes...

ciii) Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que,..."

10 - Não aplicável

11 - São Paulo, 9 de março de 2023.

9 - d) ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.

CRC-SP-034519/O

e) Alexandre Rubio Contador

CRC- SP-223361/O

2.2 PERÍCIA E ARBITRAGEM CONTÁBIL

2.2.1 PERITO CONTÁBIL E A REALIZAÇÃO DA PERÍCIA CONTÁBIL

A Norma NBC TP 01 (R1), “tem como objetivo estabelecer diretrizes e procedimentos técnico-científicos a serem observados pelo perito, quando da realização de perícia contábil, no âmbito judicial e extrajudicial.”

Esta norma, juntamente com o Código de Processo Civil, capítulo II, art. 144, 156 e 467 trazem informações importantes para a realização da perícia contábil, assim como os papéis e condutas do juiz, do perito contábil e do assistente técnico.

“Art. 144. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo...

Art. 156. O juiz será assistido por perito quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico...

Art. 467. O perito pode escusar-se ou ser recusado por impedimento ou suspeição...”

A Perícia Contábil é atividade privativa dos contadores habilitados no Conselho Regional de Contabilidade da respectiva jurisdição, o contador, na função de perito, deve manter adequado nível de competência profissional, atualizado sobre as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), além das técnicas contábeis, especialmente as aplicáveis à perícia.

Tanto o perito oficial quanto o assistente técnico são figuras importantes no processo da perícia judicial. No entanto, os dois assumem responsabilidades totalmente diferentes durante o processo. O perito emite um laudo e o assistente técnico emite um parecer.

O Perito Contábil é um auxiliar da justiça, nomeado pelo Juiz em demandas judiciais que exigem prova e conhecimento especializado sendo o responsável por analisar e validar laudos técnicos periciais. Seu papel é esclarecer ao juiz questões

relacionadas a processos em que há a necessidade de compreensão. O perito Oficial não serve a interesses pessoais .

Quanto ao Assistente técnico, trata-se de pessoa de confiança de uma das partes envolvidas no processo, indicado e pago diretamente por ela. Ele é encarregado de defender interesses pessoais de quem o contratou, não mantendo relação oficial com os mecanismos da justiça.

Segundo a NBC PP nº01 (R1), “o perito nomeado deve se declarar suspeito ou impedido quando não puder exercer suas atividades, observadas as disposições legais.”

Suspeição são situações ou circunstâncias onde há conflito de interesse que impossibilitam o perito de exercer regularmente suas funções ou realizar atividade pericial em processo judicial ou extrajudicial, inclusive arbitral. O perito judicial deve se cercar de todos os cuidados para não incorrer em práticas que denotam envolvimento em corrupção. O perito pode declarar-se suspeito por motivo íntimo.

De acordo com a NBC PP 01 (R1), o perito nomeado está sujeito a suspeição e impedimento nos seguintes casos:

- “1- ser amigo íntimo de qualquer das partes
- 2- ser inimigo capital de qualquer das partes
- 3- ser devedor ou credor em mora de qualquer das partes, dos seus cônjuges, de parentes destes em linha reta ou em linha colateral até o terceiro grau ou entidades das quais esses façam parte de seu quadro societário ou de direção
- 4- ser herdeiro presuntivo ou donatário de alguma das partes ou dos seus cônjuges
- 5- ser parceiro, empregador ou empregado de alguma das partes
- 6- aconselhar, de alguma forma, parte envolvida no litígio acerca do objeto da discussão
- 7-houver qualquer interesse no julgamento da causa em favor de alguma das partes”

O perito deve documentar os elementos relevantes que foram utilizados de suporte à conclusão formalizada no laudo pericial contábil, por meio de papéis de trabalho, que foram considerados relevantes para proporcionar as provas, fundamentando seu laudo e comprovando que a perícia foi executada de acordo com as Normas Legais e Normas Brasileiras de Perícia Contábil.

Os procedimentos de perícia contábil visam fundamentar as conclusões que serão levadas ao laudo pericial contábil e abrangem, total ou parcialmente, segundo a natureza e a complexidade da matéria, exame, vistoria, indagação, investigação,

arbitramento, mensuração, avaliação, certificação e testabilidade. Esses procedimentos são assim definidos pela NBC TP 01 (R1):

- “A) exame é a análise de livros, registros das transações e documentos
- B) vistoria é a diligência que objetiva a verificação e a constatação de situação, coisa ou fato, de forma circunstancial.
- C) indagação é a busca de informações mediante entrevista com conhecedores do objeto ou fato relacionado à perícia.
- D) investigação é a pesquisa que busca trazer ao laudo pericial contábil ou parecer pericial contábil o que está oculto por quaisquer circunstâncias
- E) arbitramento é a determinação de valores ou a solução de controvérsia por critério técnico
- F) mensuração é o ato de qualificação e quantificação física de coisas, bens, direitos e obrigações.
- G) avaliação é o ato de estabelecer o valor de coisas, bens, direitos, obrigações, despesas e receitas.
- H) certificação é o ato de atestar a informação trazida ao laudo pericial contábil pelo perito-contador, conferindo-lhe caráter de autenticidade pela fé pública atribuída a este profissional.
- I) testabilidade é a verificação dos elementos probantes juntados aos autos e o confronto com as premissas estabelecidas.”

Concluídas as diligências, o perito-contador apresentará laudo pericial contábil, e os assistentes técnicos, seus pareceres periciais contábeis, obedecendo aos respectivos prazos.

2.2.2 ESTRUTURA DO LAUDO PERICIAL CONTÁBIL

Laudo pericial contábil é um documento redigido por um perito contábil que expressa de forma clara e objetiva o objeto da perícia, evidenciando a diligência, os estudos e as observações que realizou, os critérios adotados, os resultados e suas conclusões.

Em ALVES, Aline; FERREIRA, Danielle R N.; BONHO, Fabiana T.; et al, 2017:

“O laudo pericial contábil corresponde à peça técnica de autoria do perito nomeado. Pode ser desenvolvido para atender à determinação judicial, arbitral ou mediante contratação. Na primeira situação, aparece o laudo pericial judicial. Já nas demais, surge o laudo pericial contábil extrajudicial. O primeiro é obtido mediante requisição do Tribunal Arbitral. O outro em virtude da contratação.

O laudo pericial contábil se refere a um documento escrito. Nele, o perito deve registrar, de modo abrangente, a matéria da perícia. Também deve especificar os elementos e as particularidades que englobam a demanda e o litígio. O laudo deve ser desenvolvido de modo contínuo e lógico. Assim, o trabalho do perito é reconhecido por meio do padrão da estrutura desse documento.”

O perito deve usar somente palavras de fácil entendimento para que os julgadores e as partes envolvidas possam obter claro conhecimento da prova técnica e compreensão dos resultados atingidos.

É necessário que os quesitos possuam respostas claras, completas, objetivas e fundamentadas com base em sua experiência profissional. É importante atentar que essa conclusão deve obrigatoriamente descrever e responder a tudo o que o autor questionou na inicial, configurado na síntese do objeto da perícia, conforme o item 59 da NBC TP 01.

Para sua elaboração o perito pode anexar qualquer tipo de documento que julgar útil e necessário para dar suporte à sua conclusão, conforme orientado pelo item 12 da NBC TP 01.

De acordo com o artigo 473 da Lei nº 13.105/15 (BRASIL, 2015), o seguinte conteúdo deve constar no laudo pericial:

“ I – a exposição do objeto da perícia;

II – a análise técnica ou científica realizada pelo perito; Laudo pericial: noções gerais 95

III – a indicação do método utilizado, esclarecendo-o e demonstrando ser predominantemente aceito pelos especialistas da área do conhecimento da qual se originou; IV – resposta conclusiva a todos os quesitos apresentados pelo juiz, pelas partes e pelo órgão do Ministério Público.

§ 1o No laudo, o perito deve apresentar sua fundamentação em linguagem simples e com coerência lógica, indicando como alcançou suas conclusões.

§ 2o É vedado ao perito ultrapassar os limites de sua designação, bem como emitir opiniões pessoais que excedam o exame técnico ou científico do objeto da perícia.

§ 3o Para o desempenho de sua função, o perito e os assistentes técnicos podem valer-se de todos os meios necessários, ouvindo testemunhas, obtendo informações, solicitando documentos que estejam em poder da parte, de terceiros ou em repartições públicas, bem como instruir o laudo com planilhas, mapas, plantas, desenhos, fotografias ou outros elementos necessários ao esclarecimento do objeto da perícia.”

Segundo a NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, NBC TP 01 (R1),

DE 19 DE MARÇO DE 2020, em relação à estrutura do Laudo Pericial:

“O laudo deve conter, no mínimo, os seguintes itens:

- (a) identificação do processo ou do procedimento, das partes, dos procuradores e dos assistentes técnicos;
- (b) síntese do objeto da perícia;
- (c) resumo dos autos;
- (d) análise técnica e/ou científica realizada pelo perito;
- (e) método científico adotado para os trabalhos periciais, demonstrando as fontes doutrinárias deste e suas etapas;
- (f) relato das diligências realizadas;
- (g) transcrição dos quesitos e suas respectivas respostas conclusivas para o laudo pericial contábil;
- (h) conclusão;
- (i) termo de encerramento, constando a relação de anexos e apêndices;
- (j) assinatura do perito: deve constar sua categoria profissional de contador, seu número de registro em Conselho Regional de Contabilidade e, se houver, o número de inscrição no Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPC), e sua função: se laudo, perito nomeado e se parecer, assistente técnico da parte. É permitida a utilização da certificação digital, em consonância com a legislação vigente e as normas estabelecidas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil;
- (k) para elaboração de parecer, aplicam-se o disposto nas alíneas acima, no que couber.”

De acordo com SÁ, Antônio Lopes de. **Perícia Contábil**, 2019:

“Para que um laudo possa classificar-se como de boa qualidade, precisa atender aos seguintes requisitos mínimos:

- 1. objetividade;
- 2. rigor tecnológico;
- 3. concisão;
- 4. argumentação;
- 5. exatidão;
- 6. clareza”

Segundo ALVES, Aline; FERREIRA, Danielle R N.; BONHO, Fabiana T.; et al, 2017, quanto à estrutura do laudo pericial, o prólogo de encaminhamento é enviado ao juiz. Nele deve constar a vara, a comarca, o número do processo, a nomeação de autores e réus do processo, a essência da ação, assim como o perito, em situações judiciais. Os quesitos são distribuídos em grupos de quesitos dos autores e dos réus.

Se o laudo se referir à perícia administrativa ou pertencer a outro gênero, deve ser direcionado a quem o solicitou, identificando o motivo. Nesta situação, os quesitos são reconhecidos conforme a área de interesse que foi matéria de questionamento.

Na situação administrativa, os quesitos são reconhecidos conforme a área de interesse que foi matéria de questionamento

Em ambas as situações as respostas devem estar vinculadas aos quesitos.

Quanto aos anexos, eles auxiliam a reforçar uma opinião e para fins de reforço de opinião do perito, os pareceres de outros especialistas podem ser solicitados e adicionados ao laudo.

Em COSTA, João Carlos Dias da, 2016, o autor diz que:

“ No encerramento do laudo pericial contábil, o perito-contador deve redigir, de forma clara e precisa, a sua conclusão sobre tudo o que analisou, estudou e pesquisou, envolvendo o objeto que está em discussão nos autos. É importante atentar que essa conclusão deve obrigatoriamente descrever e responder a tudo o que o autor questionou na inicial, configurado na síntese do objeto da perícia, conforme o item 59 da NBC TP 01.”

2.2.3 MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM CONTÁBIL

Mediação

A Mediação é uma forma de solução de conflitos na qual uma terceira pessoa, imparcial e neutra, facilita o diálogo entre as partes, para que elas encontrem com autonomia, a melhor solução para o conflito. É um processo formal e, em regra, é utilizado em conflitos complexos. Todo o trabalho de mediação é regido pelas Leis nº 13.105 e nº 13.140, ambas de 2015. A função do mediador é fazer com que as partes divergentes possam chegar a um acordo bom para ambas.

Conciliação

A Conciliação é um método utilizado em conflitos mais simples e leves, em que busca uma efetiva harmonização social, dentro dos limites possíveis da relação social das partes e visa a agilizar a solução para a lide, trazendo mais rapidez e objetividade para questões legais.

Os mediadores e conciliadores atuam de acordo com princípios fundamentais, estabelecidos na confidencialidade, decisão informada, competência, imparcialidade, independência e autonomia, respeito à ordem pública e às leis vigentes, empoderamento e validação.

Arbitragem contábil

A Lei nº 9.307 (BRASIL, 1996), alterada pela Lei nº 13.129/15, estabelece todas as normas relativas à arbitragem. Segundo a lei o árbitro deve ter a confiança das partes

envolvidas no processo, deve ser legalmente capaz. As partes do processo podem efetuar a nomeação de um ou mais árbitros, mas sempre totalizando um número ímpar.

A arbitragem ocorre pelo compromisso das partes em contrato e só pode ser convencionalizada em questões que envolvem direitos de natureza patrimonial. Por direito patrimonial entende-se tudo aquilo que a pessoa (física ou jurídica) tenha como seu e possa negociar, ceder, doar, empenhar etc. Evidentemente, bens que compõem o patrimônio público não podem se sujeitar à arbitragem.

A sentença do árbitro não necessita de homologação do Poder Judiciário, não há possibilidade de recurso e possui as mesmas prerrogativas legais de uma sentença proferida por um juiz.

Segundo o Art. 26 da lei 9307/96:

“São requisitos obrigatórios da sentença arbitral:

- I - o relatório, que conterá os nomes das partes e um resumo do litígio;
- II - os fundamentos da decisão, onde serão analisadas as questões de fato e de direito, mencionando-se, expressamente, se os árbitros julgaram por equidade;
- III - o dispositivo, em que os árbitros resolverão as questões que lhes forem submetidas e estabelecerão o prazo para o cumprimento da decisão, se for o caso; e
- IV - a data e o lugar em que foi proferida.

Parágrafo único. A sentença arbitral será assinada pelo árbitro ou por todos os árbitros. Caberá ao presidente do tribunal arbitral, na hipótese de um ou alguns dos árbitros não poder ou não querer assinar a sentença, certificar tal fato.”

O artigo 498 do Código de Processo Civil – CPC Lei 13.105/15 refere-se ao relatório da seguinte maneira:

"I – o relatório, que conterá os nomes das partes, a identificação do caso, a suma do pedido e da contestação, e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo;

II – os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito;

III – o dispositivo, em que o juiz resolverá as questões principais que as partes lhe submeterem.”

Vantagens: Desafogar a justiça, sigilo, agilidade, facilitação do diálogo, autonomia das partes, menos onerosa e confidencialidade, pois todo o seu conteúdo fica restrito somente às partes e ao árbitro, o qual é obrigado a manter sigilo.

Desvantagens: A informalidade dos procedimentos pode acabar ocasionando a produção de falsas provas, não ter a garantia de um processo judicial como o poder coercitivo para que a decisão seja cumprida e impossibilidade de recurso.

2.3 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: GERENCIANDO CONFLITOS

2.3.1 GERENCIANDO CONFLITOS

- **O que é um conflito?**

Conflito é um desacordo entre pessoas que geralmente têm diferenças de ideias ou interesses. Na psicologia, o conflito pode ser visto como “estado provocado pela coexistência de dois estímulos que disparam reações mutuamente excludentes” (HOUAISS, 2001).

No entanto, o conflito é algo natural e inevitável nas nossas relações, tanto pessoais quanto profissionais, sendo uma oportunidade de aprendermos a desenvolver a comunicação com quem tem uma visão diferente da nossa. No conflito é preciso saber como lidar com as próprias emoções e com as dos outros. O limite do conflito são as regras sociais, e ao ultrapassá-las surgem os confrontos, estes sim extremamente prejudiciais à evolução humana, pois não é possível ter conflito quando surge a violência .

A gestão das emoções nos relacionamentos interpessoais é de suma importância e são estudadas há milhares de anos, e o que sabemos é que existem emoções positivas e negativas. Ao identificar os interesses em questão, as chances de resolução bem-sucedida do conflito aumentam, se ignorados, podem levar ao confronto e confrontar será sempre um grande erro.

Precisamos ter atenção aos interesses centrais: *Apreciação, afiliação, Autonomia, Status, Papel/função* .

Apreciação: Todos temos o desejo de nos sentir valorizados e compreendidos, por isso é fundamental ouvir e reconhecer a resposta emocional da outra pessoa e entender as crenças por trás dos sentimentos.

Afiliação: É o ato de estabelecer vínculo com outra pessoa, aumentando a capacidade de trabalho em grupo de forma produtiva e respeitando as diferenças.

Autonomia: Liberdade, capacidade de tomar decisões sem a interferência da outra pessoa. Para garantir a igualdade do grupo se faz necessário consultar e negociar antes das tomadas de decisão para que o processo flua em harmonia.

Status: O status pode ser uma condição social ou acadêmica e é muito importante valorizarmos a nossa posição sem desmerecer o status do outro, pois na competição por status surgem as emoções negativas, já quando influenciamos os outros, despertamos suas emoções positivas.

Papel/função: Defender nosso ponto de vista, ser autêntico define o papel que desempenhamos na sociedade, para tal precisamos nos comunicar de forma clara respeitando sempre o papel do outro.

- **Conversas difíceis**

Aprender a resolver problemas com diálogo é, sem dúvida, necessário para se ter uma boa vivência

Uma conversa difícil pode causar sensações desagradáveis como desconforto, insegurança, nervosismo e ansiedade. No entanto, enfrentá-las é o primeiro quesito para quebrar os paradigmas de uma negociação, pois geralmente ouvimos e fazemos nosso julgamento de acordo com as nossas histórias, tentamos adivinhar o que o outro está pensando ao invés de perguntar .

Atitudes que ajudam em uma conversa difícil:

Ouvir com empatia, sem julgamentos, pensar antes de responder, pois cada envolvido no diálogo tem a sua verdade e o importante sempre será discutir ideias, expressar nossos sentimentos com clareza, sem agressividade, pois caso contrario, ao inves de um dialogo será uma competição de gritos

- **Tópico 3: Comunicação não violenta**

Comunicação não violenta foi desenvolvida pelo psicólogo Marshall Rosenberg em 1960 durante o auge do movimento a favor dos direitos civis e contra a segregação racial nos Estados Unidos.

Em seu livro Homônimo, Rosenberg define a Comunicação Não-Violenta como uma abordagem da comunicação, que compreende as habilidades de falar e ouvir, que leva os indivíduos a se entregarem de coração, possibilitando a conexão consigo mesmos e com os outros, permitindo assim que a compaixão se desenvolva.

A técnica é baseada em princípios de linguagem e comunicação que auxiliam na reformulação da forma como cada um se expressa e ouve os demais

Empatia, distinção entre juízo de valor, sentimentos e opiniões, necessidades, pedidos e exigências.

O primeiro pilar para uma comunicação não violenta é a observação, por meio da observação de comportamentos que têm influência sobre cada um, por meio da escuta ativa e profunda, o método faz com que as interações ocorram com mais respeito, atenção e empatia, buscando observar o que realmente está acontecendo, questionar se a mensagem que está sendo recebida por meio fala ou postura corporal. O segredo é fazer essa observação sem criar um juízo de valor.

O segundo pilar são os sentimentos. É preciso entender qual sentimento a situação desperta depois da observação. É de suma importância nomear o que se sente, por exemplo, mágoa, medo, felicidade, raiva, entre outros.

O terceiro pilar são as necessidades. A partir da compreensão de qual sentimento foi despertado, é preciso reconhecer quais necessidades estão ligadas a ele, observar, encarar os próprios sentimentos e expressar claramente o que você almeja.

Por último vem o pedido sendo necessário ser objetivo, claro e direto. Evitando frases abstratas, vagas ou ambíguas.

A Comunicação Não-Violenta deve ser utilizada para se expressar de forma honesta, mas também para receber com empatia a mensagem do outro, se fazer presente e escutar atentamente.

O ponto mais importante da CNV é o desenvolvimento da sua auto compaixão, ouvir seus sentimentos, aprender a aceitar seus erros e limites, perdoar a si mesmo.

O método pode ser aplicado em todos os tipos de relacionamentos pessoais, familiares, organizacionais, em negociações, disputas e conflitos de qualquer natureza.

A Comunicação Não-Violenta pode estabelecer relações eficazes, inclusive tendo sido utilizada em comunidades localizadas em regiões de conflitos e tensões graves, como Israel, Ruanda e Serra Leoa.

- **Regras universais**

Uma das regras universais do não confronto é tratar o próximo da mesma forma que deseja ser tratado. Podemos convencer as pessoas sem manipulá-las, mostrar nossa opinião através de exemplos e não apenas com palavras.

Ter coerência entre palavras e ações, ou seja ser confiável. Pois o que sempre será levado em consideração pelo outro será seu histórico de vida .

Praticar a reciprocidade é fundamental em qualquer tipo de relacionamento, porém sem que tenha que negociar seus valores, pois valores são inegociáveis.

A Prova Social se refere à dependência das pessoas por feedbacks. Assim como pelas ações dos outros para determinar o que é certo ou errado em uma determinada situação.

Precisamos questionar, estar atentos a nossa percepção quando julgamos a autoridade de alguém para não cairmos na obediência cega ou pré julgarmos em função das aparências por conta de símbolos, roupas ou atitudes.

A possibilidade da escassez provoca senso de urgência muito rápido no ser humano. Como exemplo podemos citar a corrida desenfreada das pessoas aos supermercados no início da pandemia de covid-19, que é possível ter uma noção bastante real do que o gatilho da escassez pode provocar, no entanto podemos usar a nosso favor, na área profissional.

Esse mesmo gatilho da escassez pode ser utilizado em uma negociação, mostrando nossas especificidades e qualificações e como seria uma desvantagem nos perder e ter que contratar alguém que não possua nossas qualidades e experiência.

A jornada do autoconhecimento é um processo contínuo, enfrentar os desafios internos e ver o conflito como uma oportunidade de crescimento é algo que deve fazer parte da nossa trajetória de vida.

2.3.2 ESTUDANTES NA PRÁTICA

Neste vídeo daremos algumas dicas de como gerenciar conflitos evitando que se tornem confrontos.

Link para o vídeo:

<https://youtu.be/sK6fuGoHVXQ>

3. CONCLUSÃO

Este projeto permitiu à equipe adquirir conhecimentos relevantes sobre auditoria e perícia contábeis, assim como distinguir os seus objetivos.

Aprendemos que a auditoria tem como objetivo melhorar a gestão de uma empresa, focando na resolução dos problemas e também fornecer informações relevantes sobre a saúde financeira da empresa para o mercado; já a perícia, pretende resolver uma questão já existente, muitas vezes de natureza jurídica.

A auditoria pode ser definida como uma minuciosa investigação e análise feita sobre todos os setores de uma empresa, com objetivo de verificar todas suas conformidades legais e a assertividade dos processos internos, apurando ocorrências passíveis de fraude ou outras irregularidades, bem como a real situação financeira e tributária.

A perícia contábil é uma especialidade da Ciência Contábil e pode ser de natureza judicial ou extrajudicial e é feita por um contador independente que precisa ser um profundo conhecedor sobre o tema abordado, além de ter uma conduta ética e imparcial. O perito procura comprovar a existência ou não de alguns problemas ou erros e emite um laudo técnico que atesta a favor ou contra as práticas internas e a situação legal de um negócio.

A unidade de formação para a vida nos proporcionou uma importante reflexão sobre a importância do diálogo e da comunicação não violenta no gerenciamento de conflitos. Aprendemos que comunicar-se de forma assertiva, bem como gerir uma conversa com empatia em assuntos conflitantes podem evitar que um conflito se torne um confronto.

Nossa maior dificuldade foi em conseguir uma empresa disposta a nos fornecer informações confidenciais .

REFERÊNCIAS

Disponível em:

<<https://www.aliancarpericia.com.br/perito-oficial-x-assistente-tecnico/>>

acessado em 18 de mar. de 2023

Disponível em:

<https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/02/NBC_TP_01.pdf> acessado em

18 de mar. de 2023

Disponível em:

<[https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA200\(R1\)](https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA200(R1))> acessado em 18 de mar. de 2023

acessado em 18 de mar. de 2023

Disponível em:

<https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA700>

acessado em 18 de mar. de 2023

Disponível em:

<https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA706>

acessado em 18 de mar. de 2023

Disponível em:

<<https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/conciliacao-e-mediacao/#:~:text=A%20Media%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9%20uma%20forma,melhor%20solu%C3%A7%C3%A3o%20para%20o%20conflito.>> acessado em 20 de mar. de 2023

Disponível em:

<<https://www.direitoempresarial.com.br/acordo-extrajudicial-conheca-as-vantagens-e-desvantagens>> acessado em 21 de mar. de 2023

Disponível em:

<<<https://www.in.gov.br/web/dou/-/norma-brasileira-de-contabilidade-nbc-tp-n-1-r1>>> acessado em 19 de mar. de 2023

Disponível em:

<<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/28895335/artigo-144-da-lei-n-13105-de-16-de-marco-de-2015>> acessado em 17 de mar. de 2023

Disponível em <<<https://www.napratica.org.br/comunicacao-nao-violenta/>>>
 acessado em 06 de mar. de 2023

Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>

acessado em 19 de mar. de 2.023

Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9307.htm> acessado
 em 20 de mar. de 2023

Disponível em:

<<https://www.recantodasletras.com.br/artigos/1709410#:~:text=Na%20psicologia%2C%20vemos%20conflito%2C%20segundo,entre%20duas%20ou%20mais%20partes%20E2%80%9D.>>> acessado em 28 de fev. de 2023

Disponível em:

<<https://ri.magazineluiza.com.br/Download/ITR-DFP?=1ma7Uig6SY1ApD3uYujvpw==>>> acessado em 20 de mar. 2023

ALVES, Aline; FERREIRA, Danielle R N.; BONHO, Fabiana T.; et al. **Perícia**

Contábil I.: Grupo A, 2017. *E-book*. ISBN 9788595021518. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595021518/>. Acesso em: 19 mar. 2023.

COSTA, João Carlos Dias da. **Perícia Contábil - Aplicação Prática**. Grupo GEN, 2016. *E-book*. ISBN 9788597009460. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597009460/>. Acesso em: 19 mar. 2023.

SÁ, Antônio Lopes de. **Perícia Contábil.**: Grupo GEN, 2019. *E-book*. ISBN

9788597022124. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597022124/>. Acesso em: 19 mar. 2023.

PEREIRA, Vaniza. Fundamentos de auditoria contábil.: Grupo A, 2016. *E-book*. ISBN 9788569726784. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788569726784/>. Acesso em: 11 abr. 2023.

ANEXOS



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Magazine Luiza S.A.
 Franca - SP
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Magazine Luiza S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Magazine Luiza S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas Internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e Internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Investigação Interna sobre denúncia anônima

Conforme mencionado na Nota Explicativa 34 às demonstrações financeiras, a Administração da Companhia adotou determinadas ações investigativas internas com o propósito de apurar e prestar esclarecimentos sobre denúncia anônima relatando supostas atividades comerciais em desacordo com o Código de Conduta e Ética da Companhia. As ações para a apuração de referida denúncia ainda se encontram em fase preliminar e, neste momento, não é possível prever os futuros desdobramentos decorrentes deste processo de investigação interna, nem seus



eventuais efeitos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, caso haja. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Teste de recuperabilidade de ágio

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas Internacionais de relatório financeiro (IFRS), a Companhia é requerida a proceder anualmente ao teste de recuperabilidade dos valores registrados como ágio para determinar se houve perda no seu valor recuperável. Conforme divulgado nas notas explicativas 12(b) e 16, a Companhia e suas controladas registraram ágios decorrentes de combinações de negócios, que, em 31 de dezembro de 2022, totalizavam, R\$1.263.632 mil e R\$2.251.090 mil e representavam 3,8% e 6,0% do total do ativo na controladora e no consolidado, respectivamente.

O teste de recuperabilidade do ágio foi avaliado como um principal assunto de auditoria devido à magnitude do montante envolvido e o fato de ser realizado com base em diversas premissas e critérios, incluindo projeções de mercado como taxas de crescimento de vendas das lojas, taxas de desconto e estimativas de margem, que são utilizadas para determinar o valor em uso, as quais são complexas e subjetivas e requerem o uso de julgamento por parte da diretoria da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento das atividades de controles desenhadas e implementadas pela diretoria na revisão e



elaboração das revisões dos testes de recuperabilidade do ágio; (II) o envolvimento de especialistas em avaliação para nos auxiliar no teste de recuperabilidade do ágio, na avaliação da adequação do modelo de fluxo de caixa descontado e das premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e análise de sensibilidade dos resultados do teste de impairment; (III) comparação das premissas de margem e das taxas de crescimento utilizadas pela Companhia com aquelas reportadas ou estimadas por empresas similares em adição a outros procedimentos executados para avaliar a razoabilidade dessas premissas e a integridade das informações utilizadas pela Companhia; (IV) avaliação da adequação das divulgações da Companhia sobre as premissas mais sensíveis utilizadas no teste de recuperabilidade, ou seja, aquelas que tem efeito mais significativo na determinação do valor recuperável do ágio; (V) comparação da assertividade de projeções realizada em períodos anteriores em relação ao realizado pela UGC da Companhia no exercício corrente; (VI) comparação do valor recuperável apurado pela diretoria da Companhia com base nos fluxos de caixa descontados por unidade geradora de caixa, com o respectivo valor contábil da unidade geradora de caixa, que inclui o valor do ágio, e; (VII) avaliação da adequação das divulgações das notas explicativas 12(b) e 16 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2022.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste anual de recuperabilidade do ágio, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios, julgamentos e premissas adotados pela administração para avaliar a recuperabilidade do ágio, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 12(b) e 16, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Recuperabilidade do Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Conforme divulgado na nota explicativa 11 (c), em 31 de dezembro de 2022, o Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, computados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social, totalizavam R\$1.033.410 mil e R\$1.096.109 mil e representavam 3,1% e 2,9% do total do ativo na controladora e consolidado, respectivamente. A Companhia avaliou a recuperabilidade desse saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base em projeções de lucros tributáveis. Consideramos como um principal assunto de auditoria, uma vez que tal avaliação envolve alto grau de julgamento profissional por parte da diretoria com base em premissas e critérios utilizados na determinação das projeções de lucros tributáveis, que são afetadas pela expectativa futura de mercado e condições econômicas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (I) entendimento das atividades de controles desenhadas e implementadas pela diretoria na revisão e elaboração das revisões dos testes de recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos; (II) envolvimento de profissionais especializados em tributos para



nos auxiliar na revisão das premissas e metodologias utilizadas pela Companhia na constituição dos referidos saldos em adequação com a legislação tributária vigente, bem como na revisão das projeções de lucros tributáveis futuros; (iii) verificação da aprovação, pelos órgãos de diretoria da Companhia, das projeções de lucros tributáveis futuros, que foram elaboradas com base no plano de negócios da Companhia, e; (iv) avaliação da adequação das divulgações relacionadas a esse assunto na nota explicativa 11.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 11, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisão para demandas judiciais tributárias

Conforme divulgado na Nota Explicativa 23, a Companhia é parte envolvida em processos administrativos e judiciais oriundos de diversas disputas tributárias, cuja provisão para demandas judiciais, em 31 de dezembro de 2022, era de R\$720.252 mil e R\$1.083.023 mil, representando 3,2% e 4,0% do total do passivo na controladora e no consolidado, respectivamente. A avaliação das probabilidades de perda e a mensuração da provisão para demandas judiciais tributárias requerem julgamento por parte da diretoria, que conta com o suporte das opiniões legais dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia, que são base para exercer esse julgamento, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias e o desenvolvimento das disputas tributárias nos tribunais, podem impactar as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia de forma relevante.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia é parte em disputas tributárias que somam R\$2.775.480 mil nas demonstrações financeiras individuais e R\$3.393.107 mil nas demonstrações financeiras consolidadas, as quais não estão provisionadas nas demonstrações financeiras consolidadas devido à avaliação por parte da diretoria, suportada pelos assessores jurídicos externos e internos da Companhia, de que o prognóstico de perda é possível.

Consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e ao fato de que a avaliação das probabilidades de perda e a mensuração da provisão para demandas judiciais tributárias envolvem alto grau de julgamento profissional por parte da diretoria em conjunto com os assessores jurídicos externos e internos da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) avaliação das atividades de controles desenhadas e implementadas pela diretoria no processo de identificação e registro contábil das provisões para demandas judiciais



tributárias; (I) avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia para a classificação dos processos administrativos e judiciais entre perda provável, possível ou remota, incluindo as premissas utilizadas para mensuração dos montantes a serem registrados como provisão para demandas judiciais tributárias; (II) envolvimento de profissionais especializados em controvérsia tributária, que analisou os processos divulgados relacionados às contingências classificadas como perda possível, levando em consideração as avaliações elaboradas pelos assessores jurídicos externos e internos da Companhia; (IV) obtenção de evidências sobre os riscos de perdas considerados pela Companhia nos principais processos, incluindo a revisão da documentação suporte, dos pareceres e das opiniões legais, bem como as confirmações externas dos assessores jurídicos da Companhia contendo o estágio atual e o prognóstico de perda de cada processo tributário, e; (V) avaliação da adequação das divulgações da Nota Explicativa 23 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2022.

Como resultado destes procedimentos, identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de estorno da provisão para demandas judiciais tributárias, sendo este ajuste não registrado pela administração tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para demandas judiciais tributárias, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa 23, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia da Informação

Devido ao volume de transações e pelo fato das operações da Companhia e de suas controladas serem altamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia da Informação e dos seus sistemas e aplicações, somados à natureza dos seus negócios e sua dispersão geográfica, consideramos o ambiente de tecnologia da Informação como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (I) avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia da Informação ("CGTI") implementados pela Companhia para os sistemas e aplicações por nós considerados relevantes para a geração de informações que impactam diretamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas; (II) avaliação dos procedimentos de auditoria para avaliar a eficácia dos controles sobre os acessos lógicos, gestão de mudanças e de operações de tecnologia da Informação, processamentos de relatórios e outros aspectos de tecnologia; (III) envolvimento de profissionais de tecnologia da Informação para nos auxiliar na execução desses procedimentos; (IV) avaliação do processo de geração e extração de relatórios que suportam os saldos contábeis, (V) execução de testes



de aderência sobre as informações produzidas pelos sistemas e aplicações da Companhia.

No que se refere aos controles sobre os acessos lógicos: (i) analisamos o processo de autorização e de concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários, e; (ii) avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia da informação.

No que se refere ao processo de gestão de mudanças: (i) avaliamos se as mudanças nos sistemas e aplicações foram devidamente autorizadas e aprovadas pela diretoria da Companhia, e; (ii) analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de procedimentos de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes.

Identificamos deficiências nos controles de concessão de acessos, de gestão de acessos de empregados transferidos, de prestadores de serviço e de usuários privilegiado nas aplicações e de revisão periódica de perfis de acessos. Adicionalmente, identificamos oportunidades de melhoria nos parâmetros de senhas das aplicações.

As deficiências no desenho e operação dos CGTIs alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências suficientes e apropriadas de auditoria. Levando em consideração o aumento na extensão dos procedimentos de auditoria, julgado por nós apropriado, os resultados destes procedimentos nos proporcionaram evidência apropriada e suficiente de auditoria no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2022.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes



As demonstrações financeiras Individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram auditadas por outro auditor Independente, que emitiu relatório, em 14 de março de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras Individuais e consolidadas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras Individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras Individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras Individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras Individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras Individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras Individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente as informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de Independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa Independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 9 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O

Alexandre Rubio
Contador CRC- SP-223361/O

Fundação de Ensino Octávio Bastos – Feob

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em reais

	Nota	31/12/2022	31/12/2021	1º/1/2021		Nota	31/12/2022	31/12/2021	1º/1/2021
			(reapresentado (nota 2e))	(reapresentado (nota 2e))				(reapresentado (nota 2e))	(reapresentado (nota 2e))
Ativo					Passivo				
Ativo circulante					Passivo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.130.116	3.651.890	11.069.692	Empréstimos e financiamentos	11	4.942.557	4.664.231	5.208.968
Contas a receber	5	5.639.319	4.919.134	5.396.386	Fornecedores		861.612	943.013	546.371
Estoques	6	819.492	879.042	872.443	Salários, férias e encargos sociais	12	3.028.529	2.727.652	3.360.444
Outros créditos	7	949.480	1.713.526	1.696.210	Impostos e contribuições a recolher		579.184	297.032	174.027
Despesas antecipadas	8	439.528	514.462	483.864	Adiantamentos recebidos	13	518.440	1.098.197	936.735
Total do ativo circulante		9.977.935	11.678.054	19.518.595	Outras obrigações	14	274.210	199.144	285.335
					Total do passivo circulante		10.204.532	9.929.269	10.511.880
Não circulante					Passivo não circulante				
Realizável a longo prazo					Empréstimos e financiamentos	11	17.990.029	13.569.142	18.135.995
Contas a receber	5	8.684.861	3.512.561	5.836.226	Encargos sociais	12	1.725.287	1.300.632	1.896.987
Depósitos judiciais	15	159.354	180.452	263.931	Provisão para contingências	15	1.917.884	3.227.710	3.038.028
Outros créditos	7	165.464	195.671	576.878	Outras obrigações	14	121.193	-	-
Imobilizado	9	61.663.423	62.706.287	63.966.296	Total do passivo não circulante		21.754.393	18.097.484	23.071.010
Intangível	10	873.733	1.350.585	1.682.258					
Total do ativo não circulante		71.546.835	67.945.556	72.325.589	Patrimônio líquido	16			
					Patrimônio social		17.390.640	23.661.587	15.182.696
					Doações e subvenções		566.548	566.548	566.548
					Reserva de reavaliação		1.931.922	1.968.889	2.005.856
					Ajuste de avaliação patrimonial		31.314.256	31.670.780	32.027.303
					(Déficit) superávit acumulado		(1.637.521)	(6.270.947)	8.478.891
					Total do patrimônio líquido		49.565.845	51.596.857	58.261.294
Total do ativo		81.524.770	79.623.610	91.844.184	Total do passivo e patrimônio líquido		81.524.770	79.623.610	91.844.184

Fundação de Ensino Octávio Bastos – Feob

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

	Nota	31/12/2021	31/12/2020	1º/1/2020		Nota	31/12/2021	31/12/2020	1º/1/2020
			(reapresentado (nota 2e))	(reapresentado (nota 2e))				(reapresentado (nota 2e))	(reapresentado (nota 2e))
Ativo					Passivo				
Ativo circulante					Passivo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.651.890	11.069.692	4.894.561	Empréstimos e financiamentos	11	4.664.231	5.208.968	10.281.399
Contas a receber	5	6.311.153	6.165.691	5.845.561	Fornecedores		943.013	546.371	394.750
Estoques	6	879.042	872.443	516.141	Salários, férias e encargos sociais	12	2.727.652	3.360.444	3.385.698
Impostos e contribuições a recuperar		-	-	159.957	Impostos e contribuições a recolher		297.032	174.027	187.034
Outros créditos	7	1.713.526	1.696.210	1.733.693	Adiantamentos recebidos	13	1.098.197	936.735	1.040.967
Despesas antecipadas	8	514.462	483.864	424.179	Outras obrigações	14	199.144	285.335	79.871
Total do ativo circulante		13.070.073	20.287.900	13.574.092	Total do passivo circulante		9.929.269	10.511.880	15.369.719
Não circulante					Passivo não circulante				
Realizável a longo prazo					Empréstimos e financiamentos	11	13.569.142	18.135.995	10.538.183
Contas a receber	5	3.512.561	5.836.226	1.485.003	Encargos sociais	12	1.300.632	1.896.987	3.165.149
Depósitos judiciais	15	180.452	263.931	1.749.779	Provisão para contingências	15	3.227.710	3.038.028	4.723.172
Outros créditos	7	195.671	576.878	700.525	Total do passivo não circulante		18.097.484	23.071.010	18.426.504
Imobilizado	9	62.706.287	63.966.296	64.366.885					
Intangível	10	1.350.585	1.682.258	2.096.048	Patrimônio líquido	16			
Total do ativo não circulante		67.945.556	72.325.589	70.398.240	Patrimônio social		24.430.892	15.182.696	10.010.243
					Doações e subvenções		566.548	566.548	566.548
					Reserva de reavaliação		1.968.889	2.005.856	2.043.038
					Ajuste de avaliação patrimonial		31.670.780	32.027.303	32.383.827
					(Déficit) superávit acumulado		(5.648.233)	9.248.196	5.172.453
					Total do patrimônio líquido		52.988.876	59.030.599	50.176.109
Total do ativo		81.015.629	92.613.489	83.972.332	Total do passivo e patrimônio líquido		81.015.629	92.613.489	83.972.332

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 e 2019
Em reais

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> (reapresentado (nota 2e))
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Déficit) superávit do exercício	(6.041.723)	8.854.490
Ajustes por:		
Perdas com créditos esperadas – PCE	1.302.844	1.259.439
Juros reconhecidos e não recebidos	(2.359)	(5.156)
Depreciação e amortização	2.995.764	3.027.390
Valor residual das baixas do imobilizado	317.309	223.439
Juros reconhecidos e não pagos	1.661.670	(2.213.301)
Provisão para contingências	189.682	(66.720)
(Aumento) redução nos ativos:		
Contas a receber	799.803	(5.925.636)
Estoques	(6.599)	(356.302)
Impostos e contribuições a recuperar	-	-
Outros créditos	441.806	321.087
Despesas antecipadas	(30.598)	(59.685)
Depósitos judiciais	83.479	1.485.848
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	396.642	151.621
Salários, férias e encargos sociais	(1.229.147)	(1.293.416)
Impostos e contribuições a recolher	123.005	(13.007)
Adiantamentos recebidos	161.462	(104.232)
Provisão para contingências	-	(1.618.424)
Outras obrigações	(86.191)	205.464
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	<u>1.076.849</u>	<u>3.872.899</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do imobilizado e intangível	(1.721.391)	(2.436.450)
Recursos líquidos provenientes das atividades de investimentos	<u>(1.721.391)</u>	<u>(2.436.450)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos obtidos	1.456.659	57.937.223
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(6.418.119)	(51.564.623)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(1.811.800)	(1.633.918)
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamentos	<u>(6.773.260)</u>	<u>4.738.682</u>
(Diminuição) aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(7.417.802)</u>	<u>6.175.131</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.651.890	11.069.692
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.069.692	4.894.561
(Diminuição) aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(7.417.802)</u>	<u>6.175.131</u>

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em reais

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
		(reapresentado (nota 2e))
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Déficit) superávit do exercício	(2.031.011)	(6.664.437)
Ajustes por:		
Perdas com créditos esperadas – PCE	1.696.038	1.302.844
Juros reconhecidos e não recebidos	14.884	(2.359)
Depreciação e amortização	3.070.688	2.995.764
Valor residual das baixas do imobilizado	53.720	317.309
Juros reconhecidos e não pagos	(3.125.673)	1.661.670
Provisão para contingências	(811.213)	189.682
(Aumento) redução nos ativos:		
Contas a receber	(7.603.407)	1.422.517
Estoques	59.550	(6.599)
Outros créditos	794.253	441.806
Despesas antecipadas	74.934	(30.598)
Depósitos judiciais	21.098	83.479
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	(81.401)	396.642
Salários, férias e encargos sociais	725.532	(1.229.147)
Impostos e contribuições a recolher	282.152	123.005
Adiantamentos recebidos	(579.757)	161.462
Provisão para contingências	(498.613)	-
Outras obrigações	196.259	(86.191)
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	<u>(7.741.967)</u>	<u>1.076.849</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do imobilizado e intangível	(1.604.693)	(1.721.391)
Recursos líquidos provenientes das atividades de investimentos	<u>(1.604.693)</u>	<u>(1.721.391)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos obtidos	29.361.951	1.456.659
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(19.194.786)	(6.418.119)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(2.342.280)	(1.811.800)
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamentos	<u>7.824.885</u>	<u>(6.773.260)</u>
(Diminuição) aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.521.774)</u>	<u>(7.417.802)</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.130.116	3.651.890
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.651.890	11.069.692
(Diminuição) aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.521.774)</u>	<u>(7.417.802)</u>

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

RELATÓRIO FINAL DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO (Estudante A)

1. IDENTIDADE DA ATIVIDADE
RELATÓRIO: RELATÓRIOS DE AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL
CURSO: CIÊNCIAS CONTÁBEIS
MÓDULO: AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL
PROFESSOR RESPONSÁVEL: PAULO CÉSAR MONTANHEIRO
ESTUDANTE: DULCINEA DA PENHA FERREIRA ARAUJO
PERÍODO DE REALIZAÇÃO: MARÇO, 2023

2. DESENVOLVIMENTO
<p>Contextualização: Descreva de forma simples e objetiva, o contexto do projeto como um todo, o que foi proposto e o que foi desenvolvido pela equipe</p> <p>Após receber as orientações para execução do projeto através do AVA a equipe se propôs a estudar o tema, encontrar uma empresa disposta a fornecer suas informações contábeis para análise, escolha de um relatório de auditoria independente de uma empresa S.A. de grande porte, para à partir disso, elaborar o projeto e produzir o vídeo sobre o tema “Gerenciando Conflitos” do tópico Formação para a vida.</p> <p>O projeto foi desenvolvido com a divisão de tarefas de acordo com as habilidades de cada integrante.</p>
<p>Desafio: De forma breve, defina junto com a equipe, quais foram os maiores desafios encontrados no decorrer do Projeto.</p> <p>A equipe enfrentou grandes dificuldades para escolher uma empresa que concordasse em fornecer seus demonstrativos financeiros e diante disso solicitamos ajuda à tutora Anna, que sugeriu que a equipe utilizasse a Unifeob como empresa escolhida e que lhe enviasse os questionamentos e solicitação de documentos necessários. A sugestão foi acatada pela equipe.</p>
<p>Cronograma das Ações: Neste Campo, descreva como foi definido o cronograma da equipe, dentro do período de desenvolvimento.</p> <p>De 27/02 a 10/03 Leitura do material</p> <p>Dia 13/03 Distribuição das tarefas</p>

Dia 14/03	Escolha das empresas e do relatório de auditoria
De 15/03 a 06/04	Desenvolvimento do projeto
De 06/04 a 12/04	Correção, formatação e envio do projeto
<p>Síntese das Ações: Neste campo, descreva uma síntese das ações que foram desenvolvidas no decorrer do PI, tais como, encontros remotos ou presenciais, ou até mesmo as buscas de informações nas empresas utilizadas na elaboração do PI.</p> <p>Os encontros para elaborarmos as ações se deram através da plataforma Zoom e demais ações como algumas dúvidas e ajudas mútuas através de um grupo no WhatsApp.</p>	
<p>a. Aspectos positivos</p> <p>Integrantes do grupo extremamente colaborativos e sempre dispostos a agregar .</p>	
<p>b. Dificuldades encontradas</p> <p>Encontrar empresa disposta a fornecer documentos confidenciais da administração</p>	
<p>c. Resultados atingidos</p> <p>Com engajamento de toda equipe conseguimos concluir o projeto em tempo hábil , cumprindo todos os requisitos solicitados</p>	
<p>d. Sugestões / Outras observações</p> <p>Deixamos como sugestão a possibilidade de um aulão mensal de forma presencial .</p>	
<p>3. EQUIPE DOS ESTUDANTES NO PROJETO</p>	
RA 1012020100821	NOME Dulcinea da Penha Ferreira Araujo
RA 1012020100834	NOME Elizabeth Soares Guerra
RA 1012020100835	NOME Sérgio de Siqueira
RA	NOME
RA	NOME

RELATÓRIO FINAL DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO (Estudante B)

1. IDENTIDADE DA ATIVIDADE
RELATÓRIO: RELATÓRIOS DE AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL
CURSO: CIÊNCIAS CONTÁBEIS
MÓDULO: AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL
PROFESSOR RESPONSÁVEL: PAULO CÉSAR MONTANHEIRO
ESTUDANTE: ELIZABETH SOARES GUERRA
PERÍODO DE REALIZAÇÃO: MARÇO, 2023

2. DESENVOLVIMENTO
<p>Contextualização: Descreva de forma simples e objetiva, o contexto do projeto como um todo, o que foi proposto e o que foi desenvolvido pela equipe</p> <p>Após receber as orientações para execução do projeto através do AVA a equipe se propôs a estudar o tema, encontrar uma empresa disposta a fornecer suas informações contábeis para análise, escolha de um relatório de auditoria independente de uma empresa S.A. de grande porte, para à partir disso, elaborar o projeto e produzir o vídeo sobre o tema “Gerenciando Conflitos” do tópico Formação para a vida.</p> <p>O projeto foi desenvolvido com a divisão de tarefas de acordo com as habilidades de cada integrante.</p>
<p>Desafio: De forma breve, defina junto com a equipe, quais foram os maiores desafios encontrados no decorrer do Projeto.</p> <p>A equipe enfrentou grandes dificuldades para escolher uma empresa que concordasse em fornecer seus demonstrativos financeiros e diante disso solicitamos ajuda à tutora Anna, que sugeriu que a equipe utilizasse a Unifeob como empresa escolhida e que lhe enviasse os questionamentos e solicitação de documentos necessários. A sugestão foi acatada pela equipe.</p>
<p>Cronograma das Ações: Neste Campo, descreva como foi definido o cronograma da equipe, dentro do período de desenvolvimento.</p> <p>De 27/02 a 10/03 Leitura do material</p> <p>Dia 13/03 Distribuição das tarefas</p>

Dia 14/03	Escolha das empresas e do relatório de auditoria
De 15/03 a 06/04	Desenvolvimento do projeto
De 06/04 a 12/04	Correção, formatação e envio do projeto
<p>Síntese das Ações: Neste campo, descreva uma síntese das ações que foram desenvolvidas no decorrer do PI, tais como, encontros remotos ou presenciais, ou até mesmo as buscas de informações nas empresas utilizadas na elaboração do PI.</p> <p>Os encontros para elaborarmos as ações se deram através da plataforma Zoom e demais ações como algumas dúvidas e ajudas mútuas através de um grupo no WhatsApp.</p>	
<p>a. Aspectos positivos</p> <p>Integrantes do grupo extremamente colaborativos e sempre dispostos a agregar</p>	
<p>b. Dificuldades encontradas</p> <p>Encontrar empresa disposta a fornecer documentos confidenciais da administração</p>	
<p>c. Resultados atingidos</p> <p>Com engajamento de toda equipe conseguimos concluir o projeto em tempo hábil , cumprindo todos os requisitos solicitados</p>	
<p>d. Sugestões / Outras observações</p> <p>Deixamos como sugestão a possibilidade de um aulão mensal de forma presencial .</p>	
3. EQUIPE DOS ESTUDANTES NO PROJETO	
RA 1012020100821	NOME Dulcinea da Penha Ferreira Araújo
RA 1012020100834	NOME Elizabeth Soares Guerra
RA 1012020100835	NOME Sérgio de Siqueira
RA	NOME
RA	NOME

RELATÓRIO FINAL DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO (Estudante C)

1. IDENTIDADE DA ATIVIDADE
RELATÓRIO: RELATÓRIOS DE AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL
CURSO: CIÊNCIAS CONTÁBEIS
MÓDULO: AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL
PROFESSOR RESPONSÁVEL: PAULO CÉSAR MONTANHEIRO
ESTUDANTE: SÉRGIO DE SIQUEIRA
PERÍODO DE REALIZAÇÃO: MARÇO, 2023

2. DESENVOLVIMENTO
<p>Contextualização: Descreva de forma simples e objetiva, o contexto do projeto como um todo, o que foi proposto e o que foi desenvolvido pela equipe</p> <p>Após receber as orientações para execução do projeto através do AVA a equipe se propôs a estudar o tema, encontrar uma empresa disposta a fornecer suas informações contábeis para análise, escolha de um relatório de auditoria independente de uma empresa S.A. de grande porte, para à partir disso, elaborar o projeto e produzir o vídeo sobre o tema “Gerenciando Conflitos” do tópico Formação para a vida.</p> <p>O projeto foi desenvolvido com a divisão de tarefas de acordo com as habilidades de cada integrante.</p>
<p>Desafio: De forma breve, defina junto com a equipe, quais foram os maiores desafios encontrados no decorrer do Projeto.</p> <p>A equipe enfrentou grandes dificuldades para escolher uma empresa que concordasse em fornecer seus demonstrativos financeiros e diante disso solicitamos ajuda à tutora Anna, que sugeriu que a equipe utilizasse a Unifeob como empresa escolhida e que lhe enviasse os questionamentos e solicitação de documentos necessários. A sugestão foi acatada pela equipe.</p>
<p>Cronograma das Ações: Neste Campo, descreva como foi definido o cronograma da equipe, dentro do período de desenvolvimento.</p> <p>De 27/02 a 10/03 Leitura do material</p> <p>Dia 13/03 Distribuição das tarefas</p>

Dia 14/03	Escolha das empresas e do relatório de auditoria
De 15/03 a 06/04	Desenvolvimento do projeto
De 06/04 a 12/04	Correção, formatação e envio do projeto
<p>Síntese das Ações: Neste campo, descreva uma síntese das ações que foram desenvolvidas no decorrer do PI, tais como, encontros remotos ou presenciais, ou até mesmo as buscas de informações nas empresas utilizadas na elaboração do PI.</p> <p>Os encontros para elaborarmos as ações se deram através da plataforma Zoom e demais ações como algumas dúvidas e ajudas mútuas através de um grupo no WhatsApp.</p>	
<p>a. Aspectos positivos</p> <p>Integrantes do grupo extremamente colaborativos e sempre dispostos a agregar</p>	
<p>b. Dificuldades encontradas</p> <p>Encontrar empresa disposta a fornecer documentos confidenciais da administração</p>	
<p>c. Resultados atingidos</p> <p>Com engajamento de toda equipe conseguimos concluir o projeto em tempo hábil , cumprindo todos os requisitos solicitados</p>	
<p>d. Sugestões / Outras observações</p> <p>Deixamos como sugestão a possibilidade de um aulão mensal de forma presencial .</p>	
3. EQUIPE DOS ESTUDANTES NO PROJETO	
RA 1012020100821	NOME Dulcinea da Penha Ferreira Araújo
RA 1012020100834	NOME Elizabeth Soares Guerra
RA 1012020100835	NOME Sérgio de Siqueira
RA	NOME
RA	NOME